



## O SILÊNCIO DO MARTÍRIO E A LIBERDADE DA PALAVRA: A DEFESA DA VALIDADE DA DOUTRINA CRISTÃ EM JUSTINO, O MÁRTIR<sup>1</sup>

*The Silence of Martyrdom and the Freedom of the Word: The defense of the validity of the Christian doctrine in Justin, the Martyr*

José da Cruz Lopes Marques<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem por finalidade analisar as contribuições de Justino, o Mártir para a apologética cristã nos primórdios da Igreja. Tendo como referência a *Apologia* de Justino, mas também retomando outros textos apologéticos que marcaram o período, a análise segue cinco questões (acusações) fundamentais, bem como a réplica do apologista cristão a cada uma delas. As questões a serem discutidas são: o problema da acusação baseada unicamente no nome “cristão”, a acusação de ateísmo direcionada aos discípulos de Cristo, o boato de que os cristãos praticavam atos imorais em suas reuniões ocultas, o problema da ordem social, bem como a atribuição da crise do império ao avanço do cristianismo.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 28 de março de 2017, e aprovado pelo Conselho Editorial em reunião realizada em 11 de agosto de 2017, com base nas avaliações dos pareceristas *ad hoc*.

<sup>2</sup> José da Cruz Lopes Marques é formado em Teologia e Filosofia com Especialização em Ensino de Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é mestre e doutorando em Filosofia pela mesma instituição. Atua como professor efetivo de Filosofia na rede pública do estado do Ceará e como professor visitante no Seminário Batista do Cariri (SBC), na Faculdade Batista do Cariri (FBC) e no Centro de Treinamento Eclesiástico e Missões (CETREM). É autor dos livros *Diário de sonhos do Doutor Satírico* (All Print) e *Cultivando a reciprocidade* (EBR). Contato: markvani18@yahoo.com.br.

**Palavras-chave:** Teologia histórica. Apologia. Pais da Igreja. Cristianismo Antigo.

### ABSTRACT

*The purpose of this article is to analyze the contributions of Justin Martyr to Christian apologetics in the early days of the Church. Having as reference the Apology of Justin, but also taking up other apologetic texts that marked the period, the analysis follows five fundamental questions (accusations), as well as the Christian apologist's reply to each one. The issues to be discussed are: the problem of prosecution based solely on the "Christian" name, the accusation of atheism directed at Christ's disciples, the rumor that Christians practiced immoral acts in their hidden meetings, the problem of social order, as well as the attribution of the crisis of the Empire to the advance of Christianity.*  
**Keywords:** Historical theology. Apologia. Parents of the Church. Old Christianity.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na fase inicial da história do pensamento cristão, estão situados os famosos “pais da igreja”, ou “padres da igreja”, segundo a tradução espanhola. Esse honroso epíteto é atribuído merecidamente aos líderes da igreja cristã que tiveram atuação de destaque nos cinco primeiros séculos da história do cristianismo. A designação, que não deve ser confundida com “pais apostólicos”, é bastante abrangente e pode comportar os grandes vultos cristãos de Inácio a Agostinho e que se destacaram nos mais distintos segmentos da atividade eclesiástica. Dentre os “pais da igreja”, encontramos os chamados apologistas, ou “padres apologistas”. Em termos históricos, a maioria desses personagens teve a sua atuação durante o segundo e terceiro séculos da era cristã, e procuraram justificar o cristianismo diante dos ataques do paganismo.

Mesmo considerando os excessos cometidos por alguns, o trabalho dos apologistas tem um valor indelével para a formação do pensamento cristão. Não há dúvida que homens como Aristides, Justino, o Mártir, Taciano, Atenágoras, Teófilo de Antioquia, Tertuliano, Orígenes, entre outros, deixaram um legado perene para a história da igreja. Esses homens uniram a sua erudição na cultura clássica ao seu fervor cristão e alçaram a voz em defesa da religião cristã. Certamente, sem o esforço dos apologistas, o cristianismo poderia ter sido transformado em uma mera seita de fanáticos que defendia doutrinas contraditórias que não podiam ser seguidas por qualquer pessoa de uma formação intelectual mais elevada.

Dentre os apologistas, o nome de Justino, o Mártir, aparece em destaque.

Cronologicamente falando, ele não é considerado o primeiro apologista cristão. Antes dele, uma obra apologética de autoria anônima denominada *Epístola a Diogneto* já havia sido escrita. Além disso, é quase certo que Aristides já havia escrito a sua *Apologia*. Se, por um lado, a Justino não pode ser atribuído o título de primeiro apologista cristão, por outro, não há dúvida de que ele foi um dos maiores representantes desse gênero no segundo século. Há quem afirme, não sem razão, que até Agostinho não haverá ninguém que suplante a importância de Justino dentro da apologética cristã.

## 1 A ACUSAÇÃO BASEADA EM UM NOME

### 1.1 Natureza da acusação

O leitor do século XXI pode achar a acusação com base no nome “cristão” totalmente sem sentido se não considerá-la em seu devido contexto histórico-cultural. No segundo século, o termo era um epíteto de zombaria e escárnio e repleto de preconceito. Ser chamado cristão era uma expressão de ofensa, ser considerado digno do ódio e do repúdio públicos. Guardando as devidas proporções, o termo possuía uma tonalidade pejorativa semelhante ao termo samaritano para os judeus. O simples fato de alguém ser denominado samaritano era usado de forma preconceituosa para determinar seu caráter. Nenhuma pessoa poderia ser boa, desde que fosse samaritana. Ela já estava julgada e condenada pelo simples fato de fazer parte desse povo. De modo análogo acontecia em relação aos cristãos. Ser cristão significava estar disposto a ser julgado e condenado antecipadamente pelo simples fato de portar esse nome. Para entender a gênese dessa questão, é necessário um retorno ao primeiro século, ao Novo Testamento, para ser mais específico. O termo cristiano (cristão) aparece três vezes no Novo Testamento. A primeira ocorrência está em Atos 11.26. De acordo com o relato lucano, “em Antioquia foram os discípulos, pela primeira vez, chamados cristãos”<sup>3</sup>. Lucas não diz expressamente se o epíteto foi empregado como um elogio ou como uma calúnia. Não obstante, as circunstâncias históricas levam à segunda alternativa.

---

<sup>3</sup> BÍBLIA. Português. **A Bíblia sagrada**: Antigo e Novo Testamentos. Versão revista e atualizada de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000, (Atos 11.26).

Segundo Cairns, o termo foi cunhado pelos antioquanos como uma forma injuriosa de se referir aos cristãos<sup>4</sup>. David Williams, em seu comentário de Atos faz a seguinte observação em relação a esta passagem:

No Novo Testamento, os cristãos nunca se chamam a si mesmos por este nome; tampouco é provável que o nome lhes tenha sido atribuído pelos judeus. O substantivo cristão deriva do latim, cujos nomes no plural que terminam em *iani* denotam os partidários da pessoa sob referência. Por exemplo, os herodianos eram partidários de Herodes Antipas. H. B. Mattingley sugere que o termo *christiani* foi criado como expressão jocosa pelos cidadãos de Antioquia a fim de ridicularizar os *augustiniani*, uma brigada de devotos cultuadores que publicamente adulavam a Nero<sup>5</sup>.

Na outra ocorrência do termo, ainda no livro de Atos (26.28), é possível inferir o sentido pejorativo da expressão. A condição de cristão é rechaçada por Herodes Agripa, mesmo depois do eloquente discurso de Paulo. No mesmo contexto, o próprio Agripa reconhece que o apóstolo não está sendo julgado pelo fato de ter violado qualquer uma das leis romanas, mas unicamente por ser um cristão (31.32). O termo é empregado uma terceira vez pelo apóstolo Pedro (I Pe 4.10). Nessa passagem fica bastante claro que ser cristão significa estar preparado para enfrentar as perseguições.

Conforme as passagens mencionadas acima, fica óbvio que, já em seus primórdios, o termo cristão foi empregado de forma preconceituosa, depreciativa e caluniosa. Essa situação tornou-se ainda mais crítica no segundo século com a expansão do cristianismo. Aceitar a doutrina cristã era colocar-se em uma situação de julgamento, onde a condenação era selada sem qualquer investigação prévia. O problema era tão grave que a maioria dos apologistas, entre eles Justino, denunciou essa situação. Teófilo, por exemplo, inicia sua obra criticando a atitude preconceituosa do seu amigo Autólico em relação aos cristãos: “Além disso, tu também me chamas zombeteiramente de cristão, como se eu portasse um nome infame”<sup>6</sup>. Taciano, discípulo de Justino, afirma em seu *Discurso contra os gregos* que somente os cristãos eram condenados por seu nome. Denúncia semelhante é

---

<sup>4</sup> CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos**: Uma história da igreja cristã. 2. ed. São Paulo: Vida nova, 1995, p. 48.

<sup>5</sup> WILLIAMS, David J. **Atos**: novo comentário bíblico contemporâneo. São Paulo: Vida, 1996, p. 232.

<sup>6</sup> TEÓFILO DE ANTIOQUIA. Tres libros a Autólico. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas gregos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 542.

apresentada por Tertuliano em sua *Apologia*:

Colocamos isto ante vós como primeira argumentação pela qual insistimos que é injusto o vosso ódio ao nome de cristão. Deste modo, agis com a máxima perversidade quando verificando nossos crimes comprovados por nossa confissão do nome de Cristo, nos levais à tortura para obter nossa confissão que não consiste senão em repudiar tal nome, e que logo deixais de lado os crimes de que nos acusais quando mudamos nossa confissão.<sup>7</sup>

Sem dúvida, foi essa situação que levou Atenágoras a fazer a seguinte declaração em sua *Petição em favor dos cristãos*:

E se alguém é capaz de convencer-nos de haver cometido uma injustiça pequena ou grande, não renunciamos ao castigo, antes pedimos que nos aplique o que existe de mais áspero e cruel; mas se nossa acusação não passa do nome – e, pelo menos até o dia de hoje, o que se propaga sobre nós é apenas vulgar e estúpido rumor das gentes –, é vossa responsabilidade, como de imperadores máximos, humaníssimos e amicíssimos do saber, retirar de nós por lei a calúnia, a fim de que, como acontece em toda terra, que goza do vosso benefício, também nós possamos dar graças, por haver deixado de ser caluniados.<sup>8</sup>

## 1.2 A defesa de Justino

Justino segue duas linhas de argumentação para refutar essa primeira acusação. Em primeiro lugar, o apologista cristão demonstra o absurdo de se tomar um nome como prova em um julgamento. Nas suas palavras, “por levar um nome não se pode julgar ninguém bom ou mal, sem considerar as ações que este nome supõe”<sup>9</sup>. Profundo conhecedor dos processos legais romanos, Justino denuncia a injustiça que estava sendo cometida em relação aos cristãos, ao serem condenados unicamente por portarem um nome. O texto abaixo resume a argumentação justiniana:

Ninguém que seja acusado em vossos tribunais é castigado antes que fiquem convictos de sua culpa. Contudo, em relação a nós, tomais o nome

<sup>7</sup> TERTULIANO. **Apologia**. Disponível em: <[www.agnusdei.cjb.net](http://www.agnusdei.cjb.net)> Acesso em: 25 out. 2007.

<sup>8</sup> ATENÁGORAS. Legación en favor de los cristianos. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 649.

<sup>9</sup> JUSTINO, O MÁRTIR. *Apologia*. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 194.

como prova... Sempre que um acusado nega de língua ser cristão é posto em liberdade, já que não há outro crime de que acusá-lo. Mas o que confessa, apenas pela confissão é castigado. O que deveria ser feito era examinar a vida do que confessa e do que nega para que fique, por suas obras, demonstradas as qualidades de cada um.<sup>10</sup>

O apologista cristão não vê nessa atitude uma decisão razoável. Justamente as autoridades romanas que se consideram amantes da verdade e da filosofia e que tentavam fazer de sua convicção o caminho na busca constante da virtude. Em sua resposta a essa falsa acusação, Justino deixa transparecer a sua veia satírica como pode ser observado no trecho seguinte: “Mas estamos persuadidos que isso é também, como dissemos, obra dos demônios perversos, os quais exigem de quem vive irracionalmente, sacrifícios e cultos; mas jamais haveríamos de supor que vós, que amais a verdade e a filosofia, façais nada irracionalmente”<sup>11</sup>. Se o nome pudesse ser usado como prova definitiva, no entender do mártir, os cristãos deveriam ser absolvidos previamente já que o seu nome significa bons<sup>12</sup>. Com isto o pensador cristão acentua ainda mais o tom satírico de sua argumentação.

Depois de comprovar a incoerência das autoridades em condenar os cristãos em virtude de um nome, Justino prossegue na elucidação dessa questão com base no argumento da justiça. Condenar previamente um nome é não apenas um absurdo, mas um ato de injustiça. Propositadamente, o mártir cristão traz à tona uma das virtudes mais elevadas tanto no platonismo como no estoicismo, sistemas filosóficos dos quais eram partidárias as autoridades romanas. De fato, observando a introdução da primeira apologia, fica claro que Justino também dedica a sua obra ao futuro imperador Marco Aurélio, filho adotivo de Antonino Pio. O mesmo filósofo estoico que exaltaria a justiça em suas *Meditações*<sup>13</sup>, e que,

---

<sup>10</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 185.

<sup>11</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 192.

<sup>12</sup> Alguns cristãos, em vez de *χριστιανος*, pronunciavam *χρηστιανος*, termo grego que significa bom. Justino não é o único a empregar esta variação. Ela também pode ser encontrada em Teófilo de Antioquia, nos *Três livros a Autólico*. Até mesmo Suetônio, historiador romano do primeiro século, provavelmente, usa o termo *χρηστος* para se referir a Cristo, ao afirmar em sua obra que os judeus haviam sido expulsos de Roma em virtude dos distúrbios cometidos por causa de Chrêstus.

<sup>13</sup> Em uma passagem de sua obra, Marco Aurélio aconselha: “Não faças isso, se não é justo. Se não é verdade, não o digas. A tua vontade é livre”. E ainda: “Se não és reto, retifica-te”. Em outro trecho, o pensador estoico condena a injustiça nos seguintes termos: “Quem peca, peca contra si mesmo. Quem é injusto, o é consigo mesmo, já que se torna mal”.

segundo o historiador Carl Grimberg, era conhecido pelo epíteto de Veríssimo em virtude de sua retidão e honestidade<sup>14</sup>. Provavelmente seja este o motivo de Justino estar constantemente fazendo alusão à verdade em sua apologia.

O tom confrontador do discurso justiniano pode ser comprovado no fragmento a seguir:

Os que são verdadeiramente piedosos e filósofos, manda a razão que, descartando as opiniões dos antigos, se não são boas, só estimem e amem a verdade: porque não somente impede o discreto racionamento seguir a quem tem obrado ou ensinado algo injustamente, se não que o amante da verdade, de todas as forma, ainda que seja ameaçado de morte, deve estar sempre decidido a dizer e praticar a verdade.<sup>15</sup>

Como pode ser observado na citação acima, Justino conclui a sua argumentação nesse ponto demonstrando que aquele que se deixava levar pelas falsas opiniões do vulgo, sem examinar a questão a fundo, não podia ser considerado um verdadeiro filósofo. Considerando-se que essa atitude significava colocar a opinião acima da verdade. Quando o pensador cristão usa a expressão *opinião (doxa)* como antítese ou negação da verdade, ela deve ser entendida dentro da tradição platônica, ainda bastante forte nos dias de Justino. A opinião, diferente de *episteme*, de acordo com o pensamento platônico era um falso conhecimento, pois se baseava naquilo que os sentidos podiam extrair do ilusório mundo sensível. Assim, seguir as opiniões significava rejeitar um dos ensinamentos básicos da tradição platônica, tão estimada pelos pensadores romanos em geral. Significava ser ingenuamente ludibriado por um falso conhecimento. Não é sem razão que o próprio Marco Aurélio, uns dos destinatários da apologia de Justino, declararia em suas *Meditações* que “todo aquele que descarta a opinião estará salvo”<sup>16</sup>. Certamente o apologista cristão sabe que as autoridades romanas reconhecem a autoridade platônica. Portanto, ele está certo que, ao fazer alusão ao fundador da academia a sua refutação diante dos seus adversários, terá maior aceitação.

A conclusão de Justino a esse ponto pode ser encontrada em um célebre exemplo no início da II Apologia. Uma mulher vivia com seu marido entregue à dissolução e à imoralidade, antes de se converter ao cristianismo. Depois de

<sup>14</sup> GRIMBERG, Carl. **História universal**: A decadência de Roma. Volume 9. Santiago: Sociedade Comercial e Editorial Santiago LTDA, 1989, p. 21.

<sup>15</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 182.

<sup>16</sup> MARCO AURÉLIO. **Meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 121.

sua conversão, porém, passara a cultivar uma conduta irrepreensível e a rogar a Deus pela conversão do marido à fé cristã. O tal homem, entretanto, continuava cada vez mais entregue à dissolução. Cansada dessa situação, a esposa decidiu separar-se do marido, mas, atendendo a conselhos de amigos, resolveu insistir na relação. Um dia o cônjuge fez uma viagem a Alexandria, e a mulher teve notícia que ele estava a cometer os maiores excessos. Agora a separação era inevitável. Consumado o divórcio, o homem acusou a ex-esposa diante das autoridades romanas de ser cristã. Todavia, como a mulher foi absolvida pelo imperador, o marido acusou certo Ptolomeu de ter sido o responsável por ensinar a doutrina cristã à sua esposa. O tal mestre foi chamado aos tribunais e foi-lhe feita uma única pergunta: se era cristão. Ao responder afirmativamente, foi preso e torturado. Em uma segunda audiência foi-lhe novamente perguntado se era cristão e ele deu a mesma resposta. Então, as autoridades declararam que ele seria condenado ao suplício. Um dos presentes chamado Lúcio, vendo o julgamento ser realizado com tamanha injustiça, questionou as autoridades sobre que atos dignos de punição o tal homem havia cometido. As autoridades não responderam ao questionamento de Lúcio, apenas perguntaram se ele também professava a doutrina de Cristo. Como a sua resposta foi afirmativa, também foi condenado ao suplício.

O exemplo apresentado acima, mostrando que os cristãos eram sentenciados à morte unicamente pelo nome, pode ser evidenciado no trecho de uma correspondência enviada por Plínio, o jovem, governador da Bitínia ao imperador Trajano. Em sua carta, esse governador romano fala do procedimento adotado em relação aos cristãos:

Entretanto, eis o procedimento que adotei nos casos que me foram submetidos sob a acusação de cristianismo. Na afirmativa, repito a pergunta segunda e terceira vez, cuidando de intimar a pena capital. Se persistem, os condeno à morte. Não duvido que sua pertinácia e obstinação inflexível devam ser punidas, seja qual for o crime que confessem<sup>17</sup>.

Pouco antes de Justino escrever a sua *Apologia*, o imperador Adriano havia escrito uma carta impedindo que os cristãos fossem sentenciados à morte unicamente pela sua profissão de fé, simplesmente por portarem tal nome. Esse documento singular para a história da igreja cristã foi preservado pelo próprio

---

<sup>17</sup> PLÍNIO, O JOVEM apud BETTENSON, H. **Documentos da igreja cristã**. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP/ ASTE, 1983.

Justino e pelo historiador da igreja Eusébio de Cesareia:

Minúcio Fundano. Recebi uma epístola escrita a mim pelo ilustríssimo Serênio Graciano a quem sucedeste. Não desejo, portanto, que a questão permaneça sem exame, para que estes homens não sejam molestados e não se ofereçam oportunidades malignas para os delatores. Se, pois, os provincianos puderem evidenciar claramente suas acusações contra os cristãos, de modo a responder diante do tribunal, que então sigam o curso, e não por meras petições e meros clamores contra os cristãos. Pois é muito mais justo que, se alguém trouxe uma acusação, esta seja examinada por ti. Se alguém, portanto, trouxe uma acusação e puder demonstrar que eles fizeram algo contrário às leis, determina-o de acordo com a gravidade do crime. De modo que, de fato, se alguém tiver como propósito à difamação, investigá-lo de acordo com a sua criminalidade e cuida de infligir à punição.<sup>18</sup>

A determinação do imperador Adriano não estava sendo cumprida nos dias de Justino. A prova disso é que os cristãos ainda continuavam a ser condenados unicamente pelo seu nome. Sem dúvida, o apologista cristão tinha conhecimento desse importante documento. A evidência disso está não apenas no fato dele transcrevê-lo no final da primeira apologia, mas também argumentar com base naquilo que havia sido determinado pela carta de Adriano:

O que pedimos é que sejam examinadas as ações de todos os que são denunciados, a fim de que aqueles que sejam culpados sejam castigados como iníquos, mas não pelo simples fato de ser cristão; mas o que seja considerado inocente, seja absolvido como cristão, por não haver em nada delinqüido. Porque não vamos pedir que castigueis nossos acusadores, pois bastante têm com a maldade que levam consigo e com sua ignorância do bem.<sup>19</sup>

## 2 O PROBLEMA DO ATEÍSMO CRISTÃO

### 2.1 Natureza da acusação

Uma segunda acusação bastante divulgada em relação aos cristãos era de que eles eram ateus. Novamente, essa ideia parece bastante esdrúxula à mentalidade moderna, sem uma prévia compreensão das circunstâncias que a

<sup>18</sup> EUSÉBIO DE CESARÉIA. *História eclesiástica*: os primeiros quatro séculos da igreja. Rio de Janeiro: CPAD, 1999, p. 129.

<sup>19</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 188.

motivaram. Atualmente, é difícil pensar em uma pessoa sendo condenada por ateísmo, mas essa foi uma prática comum tanto na cultura greco-romana como em outras sociedades antigas. Quem não se lembra do exemplo dos amigos de Daniel, mandados para a fornalha de fogo por se negarem a prestar culto à estátua construída por Nabucodonosor? Justo González afirma que “o imperador Domiciano fez executar ao seu parente Flávio Clemente e a sua esposa Flávia Domicila. Foram acusados de ateísmo e de costumes judaicos”<sup>20</sup>. Na cultura antiga, marcada pela forte religiosidade, a acusação de ateísmo ou impiedade era uma acusação extremamente séria. Entretanto, como os cristãos poderiam ser acusados de ateus, se eles acreditavam firmemente na existência de Deus? Em primeiro lugar, os discípulos de Cristo não faziam representações materiais de seu Deus, em seus locais de adoração e culto não havia estátuas representando a sua divindade. Tal prática era totalmente estranha em um contexto fortemente marcado pela escultura. O romano, antes do contato com o estoicismo e com o cristianismo, não conseguia dissociar a divindade de sua representação material. Como os cristãos não esculpiam imagens de sua divindade, começou a ser divulgado entre as gentes que eles professavam o ateísmo. Em segundo lugar, os cristãos, em especial os apologistas, combatiam ardorosamente as imagens de esculturas presentes no culto romano, por considerarem idolatria. Este combate pode ser observado de forma bastante explícita nesse fragmento da *Apologia* de Justino:

Que necessidade há de explicar a vós os modos como os artífices dispõem a matéria, ora polindo e cortando, ora fundindo e martelando? Isto não somente o temos por coisa irracional, mas que se faz um insulto a Deus, pois tendo Ele glória e forma infável, é dado o nome de deus a coisas corruptíveis que necessitam de cuidado. E muitas vezes, ao que tem servido de instrumento ignominioso, com apenas a mudança de sua figura por meio da arte, é colocado o nome de deus.<sup>21</sup>

O repúdio às imagens de escultura romanas foi interpretado pelos adversários da fé cristã como uma atitude de ateísmo. Por fim, a condenação por ateísmo não era novidade na história. Justino recorda o clássico exemplo de Sócrates. O filósofo grego fora acusado de ateísmo e condenado a beber um cálice de cicuta, mesmo acreditando na existência de deus, conforme pode ser constatado

---

<sup>20</sup> GONZALEZ, Justo. **Uma história ilustrada do cristianismo**: vol. 1: A era dos mártires. São Paulo: Vida Nova, 1995, p. 58.

<sup>21</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 189.

em suas últimas palavras registradas no Críton: “separemo-nos, então, estimado Críton, e sigamos o caminho por onde o deus nos guia”<sup>22</sup>. De forma semelhante estava acontecendo em relação aos cristãos. Eles estavam sendo condenados à morte como ateus, mesmo crendo na existência de Deus. Isso porque esse ateísmo estava relacionado às divindades tradicionais romanas, às quais os cristãos negavam-se resolutamente a adorá-las. O ateísmo de Sócrates consistira em acrescentar novas divindades ao panteão grego, o dos cristãos em negar as divindades romanas e pregar outra divindade.

## 2.2 A defesa de Justino

Em sua refutação, Justino apela para o argumento do teísmo cristão. Os discípulos de Jesus não são ateus como pregava a opinião corrente. Para fundamentar a sua argumentação, o apologista faz uma analogia entre os cristãos e Sócrates. Ele afirma que também o conhecido filósofo grego fora condenado à morte por ser acusado de ateísmo por seus adversários, quando cria na existência de um deus superior. O mesmo estaria ocorrendo aos cristãos. Eles estavam sendo acusados de serem ateus injustamente já que acreditavam na existência de um Deus supremo. A resposta do pensador cristão pode ser percebida no fragmento a seguir: “Daí que nos deem também o nome de ateus. De fato, em se tratando destes supostos deuses, confessamos ser ateus. Contudo, não com respeito ao Deus veracíssimo, pai da justiça e da castidade e das demais virtudes, em quem não há mescla alguma de maldade”<sup>23</sup>.

Justino comprova em sua argumentação que aquilo que os cristãos rejeitam são as falsas religiões. Utilizando este argumento, o pai da igreja está certo de que precisa não apenas demonstrar que os cristãos não são ateus, mas, sobretudo, refutar a religião greco-romana. Ele necessita demonstrar com argumentos sólidos o absurdo e inconsistência desse culto. É exatamente isso que ele faz. Justino não poupa crítica à religiosidade pagã. Ele denuncia que muitas das divindades cultuadas pelos romanos aparentam todas as fraquezas e falhas morais dos homens. Falando sobre o caráter de Zeus, principal divindade greco-romana, o apologista cristão observa: “Zeus, o pai de todos os Deuses, foi parricida e nascido de parricida e, vencido pelos baixos e vergonhosos prazeres do amor, uniu-se a uma

<sup>22</sup> PLATÃO. Críton. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 2004, p. 114.

<sup>23</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 187.

multidão de mulheres e aceitou que seus filhos cometessem ações semelhantes<sup>24</sup>. Sendo assim, argumenta o teólogo cristão, como se pode dizer que os homens devem imitar as ações dos deuses, já que essas ações causam vergonha a qualquer pessoa que tenha o mínimo de decência moral? Além das próprias divindades cultuadas, as pessoas que estão envolvidas também apresentam fraqueza moral. É o que pode ser percebido no fragmento seguinte: “vós sabeis perfeitamente que os artífices de tais deuses são gente dissoluta e que vivem envolvidos em toda sorte de maldade que não vou contar aqui em detalhes. Não falta entre eles quem corrompe as escravas que trabalham ao seu lado”<sup>25</sup>.

A idolatria, como Justino denomina o culto às divindades greco-romanas, é marcada pela imoralidade em todos os sentidos, principalmente, a imoralidade sexual. Em uma provável crítica às cerimônias orgiásticas bastante comuns nas chamadas religiões de mistério, assim o apologista cristão se pronuncia: “Há também os que prostituem os seus próprios filhos e mulheres; outros que se mutilam<sup>26</sup> publicamente para a torpeza e referem estes mistérios à mãe dos deuses”<sup>27</sup>. Uma religião que está baseada na imoralidade de seus adeptos, enquanto reflexão da imoralidade encontrada na própria divindade e naqueles que promovem o culto, não pode ser considerada uma religião verdadeira. É essa conclusão que pode ser inferida da argumentação de Justino. Assim, os cristãos não eram negadores do Deus supremo que é a base de toda moralidade, mas das divindades vulneráveis presentes no culto greco-romano. Por conseguinte, a acusação de que eles eram ateus, era totalmente improcedente. Em determinado trecho da sua *Apologia*, Justino demonstra em tom bastante sarcástico que mesmo que os cristãos fossem realmente ateus, era absolutamente incoerente que eles fossem martirizados por isso:

---

<sup>24</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 205.

<sup>25</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 189.

<sup>26</sup> Provavelmente, uma alusão a um culto de mistério baseado no mito egípcio de Osíris. Segundo este mito, o deus Set havia matado Osíris e espalhado seus membros por todas as partes do Egito. O filho de Osíris, Horus, havia recolhido os pedaços do corpo do pai e, com a ajuda de sua mãe Ísis, restituindo-lhe a vida. Entretanto, os órgãos genitais de Osíris não puderam ser encontrados, pois haviam caído no Nilo. Por esse motivo, nos rituais celebrados a esta divindade, alguns devotos cortavam os seus testículos e ofereciam como sacrifício, na esperança de que isto garantiria fertilidade. Uma versão desse rito, que parece ter sido mais popular em Roma, é o mistério de Cibele-Átis, de origem fenícia.

<sup>27</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 211.

E não ignorais aqueles que dentre os antigos professaram doutrinas contrárias. Todos estes foram denominados filósofos. E destes, houve quem ensinou o ateísmo, e os que foram poetas e contaram as impudências de Zeus juntamente com seus filhos. Entretanto, a nenhum destes vós proibis de professar as suas doutrinas. Pelo contrário, estabelecestes prêmios e honra para que elegantemente insultasse aos vossos deuses.<sup>28</sup>

Na argumentação justiniana, já que os próprios romanos não foram condenados por negar as suas divindades, como os cristãos poderiam ser condenados por atitude semelhante? Além disso, ela serve para demonstrar que havia uma atitude tendenciosa em relação à condenação dos cristãos. É verdade que a condenação por ateísmo, conforme já ficou estabelecido, era comum naquela cultura. Contudo, as exceções também eram frequentes. Sendo assim, Justino comprova que era no mínimo estranho o fato dos cristãos serem os únicos a não fazerem parte dessa exceção.

Os cristãos não adoram as divindades romanas e Justino demonstra a razão desse comportamento. Elas eram falsas divindades e, por conseguinte, indignas de qualquer louvor. Esse mesmo argumento seria depois empregado por Taciano, discípulo de Justino. Em sua denúncia no *Discurso contra os gregos*, “Diágoras foi um ateu, e, não obstante divulgar os mistérios que se praticam entre os atenienses, vós lhe haveis honrado”<sup>29</sup>. Tertuliano, anos mais tarde, argumentando com maior perícia lógica, extrairia as últimas consequências do argumento justiniano:

A explanação inteira desse assunto pela qual se deduz que eles não são deuses, e que não existe senão um Deus – o Deus que adoramos – é perfeitamente suficiente para nos isentar do crime de traição, principalmente contra a religião romana. Pois, se está claro que tais deuses não existem, não há religião, no caso. Se não existe religião – porque esses deuses não existem – somos certamente inocentes de qualquer ofensa contra a religião.<sup>30</sup>

### 3 AS PRÁTICAS CRISTÃS

---

<sup>28</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 185.

<sup>29</sup> TACIANO. Discurso contra los gregos. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 610.

<sup>30</sup> TERTULIANO, 2007.

### 3.1 Natureza da acusação

No capítulo anterior foi demonstrado que os cristãos eram vítimas de calúnias mordazes nesse período. Eles eram acusados de cometer os atos mais absurdos e indecorosos. Segundo nos diz Cairns,

O sigilo dos encontros cristãos também suscitou ataques morais contra eles. O vulgo os acusou de incesto, de canibalismo e de práticas desumanas. Entendendo equivocadamente o sentido de “comer e beber” representativos do corpo e do sangue de Cristo, o vulgo logo deduziu que os cristãos matavam e comiam crianças nos sacrifícios ao seu Deus. A expressão “beijo da paz” foi logo transformada em acusações de incesto e em outras formas de conduta imoral que repugnava à mente cultural romana.<sup>31</sup>

É consenso entre os historiadores do cristianismo primitivo que essas calúnias eram, no fundo, desculpas fabricadas para justificar a perseguição aos cristãos. Isso porque os padrões morais da sociedade romana em geral não eram dos mais elevados. Quando são analisados os absurdos cometidos nos cultos de mistérios, os boatos que circulavam em relação ao culto cristão deixam de ser surpreendentes. Justino, entretanto, mesmo considerando o caráter tendencioso dessa acusação, percebe a necessidade de refutá-la em sua argumentação. Ele não quer deixar nenhum ataque à doutrina cristã sem resposta.

### 3.2 A defesa de Justino

Contra a acusação segundo a qual as práticas cristãs velavam comportamentos indecorosos Justino apresenta o argumento da moralidade. A conduta moral dos discípulos de Cristo é, segundo ele, irrepreensível. Para iniciar a sua argumentação o apologista cristão faz uma descrição detalhada dos procedimentos que marcavam o culto cristão:

Terminadas as orações, nos damos mutuamente ósculo de paz. Logo, ao que preside aos irmãos, se lhe oferece pão e um vaso de água e vinho, e tomando-os, ele tributa louvores e glória ao Pai do universo pelo nome de seu Filho e pelo nome do Espírito Santo, e pronuncia uma larga ação de graças, por haver nos concedido estes dons que Dele nos veem. E quando o presidente tem terminado as orações e a ação de graças, todo o povo presente clama dizendo: amém, que em hebraico significa assim seja. E

---

<sup>31</sup> CAIRNS, 1995, p. 72.

uma vez que o presidente tenha dado graças, os que entre nós se chamam ministros ou diáconos, dão a cada um dos assistentes do pão e do vinho e da água sobre a qual se deu a ação de graças, e o levam aos ausentes. E este alimento se chama entre nós eucaristia, da qual a ninguém é lícito participar, senão os que creem verdadeiramente em nossos ensinamentos e têm sido levados ao banho da remissão dos pecados e à regeneração, e vive conforme o que Cristo nos ensinou.<sup>32</sup>

O objetivo dessa descrição minuciosa, sem dúvida, é mostrar que os comentários relacionados ao culto cristão não eram verídicos. Como o imperador romano não conhecia os procedimentos a ele relacionados, Justino achou necessária essa explicação. Sendo assim, tal descrição serve como um prelúdio ao chamado argumento da moralidade que será desenvolvido pelo apologista. Segundo esse argumento, os cristãos não podem ser acusados de imoralidade já que eles se exercitam na prática das principais virtudes. O pensador cristão argumenta que, após a sua conversão a Cristo, os discípulos passam a repudiar o mal e praticar as boas obras. Os homens que antes viviam entregues aos prazeres agora são amantes da virtude. No fragmento abaixo, o Mártir apresenta o alto padrão de moralidade daqueles que haviam se convertido ao cristianismo:

Os que antes nos comprazíamos na dissolução, agora abraçamos somente a castidade; os que se entregavam às artes mágicas, agora têm sido consagrados ao Deus bom e ingênito; os que amávamos o dinheiro acima de tudo e o acréscimo de bens, agora, ainda que os temos, os colocamos em comum e deles damos parte a todo o que está necessitado. Os que nos odiávamos e nos matávamos uns aos outros e não compartilhávamos o lar com quem era de nossa própria raça por diferença de costumes, agora, depois da aparição de Cristo, vivemos todos juntos e rogamos por nossos inimigos e tratamos de persuadir aos que nos aborrecem injustamente, a fim de que, vivendo conforme os belos conselhos de Cristo, tenham boas esperanças de alcançar junto conosco os mesmos bens que nós esperamos de Deus, soberano de todas as coisas.<sup>33</sup>

Como pessoas que praticavam virtudes tão elevadas podiam ser acusadas de comportamento imoral? Esse é, sem dúvida, o questionamento inquietante que Justino deixa na mente do imperador Antonino Pio e das demais autoridades romanas.

O apologista prossegue em seu argumento da moralidade, demonstrando

<sup>32</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 256.

<sup>33</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 195.

que, ao praticarem as virtudes morais, os cristãos estão apenas colocando em prática os ensinamentos de Cristo. Segundo ele, a castidade, o amor, a compaixão, a paciência, a verdade, a devoção a Deus, entre outras, foram virtudes ensinadas pelo próprio Cristo. Sendo assim, o cristão é assim designado, por buscar praticar e imitar as virtudes encontradas em seu mestre. Do mesmo modo que o platônico era aquele que praticava as doutrinas de Platão e o estoico era aquele que abraçava os ensinamentos de Zenão. Cristo havia ensinado e praticado a virtude. Como, então, os cristãos poderiam ser condenados por imitarem os ensinamentos de seu mestre? Seria o mesmo que condenar um platônico por defender as doutrinas de Platão ou um estoico por imitar as virtudes de Zenão. O modo como Justino encerra esse argumento é uma prova inquestionável da excelente capacidade argumentativa desse grande apologista. O trecho encontrado na *Apologia* é, sem dúvida, um dos mais elucidativos do pensamento apologético de Justino:

Que homem amante do prazer, que é intemperante e que tenha por coisa boa devorar carne humana, poderia abraçar alegremente a morte, que há de privá-lo dos seus bens, e não tentaria, pelo contrário, por todos os meios, prolongar indefinidamente a sua vida presente e se ocultaria dos governantes, quando pelo menos sonhasse que seria delatado para ser morto?<sup>34</sup>

Se os cristãos são culpados das acusações de comportamentos indecorosos, se são intemperantes e amantes dos prazeres, como era largamente divulgado, deveria ser esperado deles outra conduta em face da ameaça de morte. A coragem e firmeza que eles demonstravam, no entender de Justino, eram provas convincentes de que as acusações em relação ao seu comportamento não passavam de falatórios degradantes. Diferente da religião greco-romana, onde tanto as divindades quanto os adeptos praticavam atos dignos do repúdio e da vergonha, os cristãos praticavam ações nobres e cultivavam padrões morais elevados, seguindo o exemplo deixado por seu mestre. Novamente, o argumento justiniano ganha peso se considerarmos que entre os destinatários de sua apologia estavam partidários da filosofia estoica.

Em virtude dos boatos em relação ao comportamento dos cristãos, o argumento da moralidade foi um dos mais empregados pelos apologistas cristãos. Antes mesmo de Justino, Aristides já havia exaltado as virtudes morais dos seguidores de Cristo em sua *Apologia*, como pode ser visto no trecho abaixo:

---

<sup>34</sup> JUSTINO, O MÁRTIR. op. cit., p. 275.

Não adulteram, não fornicam, não levantam falso testemunho, não invejam os bens alheios, honram ao pai e a mãe, amam ao próximo e julgam com justiça. Aos que os agravam, os exortam e tratam de fazê-los amigos, empenham-se em fazer o bem aos seus inimigos são mansos e modestos. Evitam toda união ilegítima e toda impureza. Não desprezam a viúva nem desamparam o órfão. Os que têm compartilham abundantemente com os que não tem. Se veem um forasteiro, o acolhem sob seu teto e se alegram com ele como um verdadeiro irmão, pois não se chamam irmãos segundo a carne, mas segundo a alma.<sup>35</sup>

De forma semelhante, o desconhecido autor da *Epístola a Diogneto*, também já exaltara a conduta moral dos cristãos. Em um dos trechos mais famosos da obra, esse autor afirmara:

Toda pátria estrangeira é pátria a deles, e cada pátria é estrangeira. Casam-se como todos e geram filhos, mas não abandonam os recém-nascidos. Põe a mesa em comum, mas não o leito; estão na carne, mas não vivem segundo a carne; moram na terra, mas têm sua cidadania no céu; obedecem as leis estabelecidas, mas com sua vida ultrapassam as leis; amam a todos e são perseguidos por todos; são desconhecidos e, apesar disso, condenados; são mortos e, deste modo, lhes é dada a vida; são pobres e enriquecem a muitos; carecem de tudo e tem abundância de tudo; são desprezados e, no desprezo, tornam-se glorificados; são amaldiçoados e, depois, proclamados justos; são injuriados, e bendizem; são maltratados, e honram; fazem o bem, e são punidos como malfeitores; são condenados, e se alegram como se recebessem a vida. Pelos judeus são combatidos como estrangeiros, pelos gregos são perseguidos, a aqueles que os odeiam não saberiam dizer o motivo do ódio.

## 4 O PROBLEMA DA ORDEM SOCIAL

### 4.1 A defesa de Justino

Outra acusação bastante divulgada nos primeiros séculos da igreja consistia no fato de que os cristãos promoviam várias desordens sociais e que planejavam secretamente um golpe de estado para usurpar o domínio do império. Provavelmente, a ideia de que Cristo voltaria para reinar nesse mundo, amplamente divulgada na igreja primitiva, foi interpretada pelo vulgo como uma tentativa de

---

<sup>35</sup> ARISTIDES. Apologia: Según los fragmentos griegos. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 130.

insurreição da parte dos cristãos. A sua recusa em prestar culto ao imperador era usado como prova de sua não submissão ao domínio romano. Além disso, como observa Cairns, outras práticas cristãs pareciam reforçar ainda mais essa acusação. Entre elas, o fato dos cristãos realizarem a maioria de suas reuniões à noite e em sigilo e, principalmente, o fato deles não se alistarem no exército romano<sup>36</sup>. Além disso, nesse período, apesar das intensas perseguições, o cristianismo estava em franca expansão. Esses fatos eram interpretados como uma atitude de deslealdade, de ameaça à unidade do grandioso império, e a conclusão do vulgo era óbvia: em suas reuniões secretas os cristãos estavam organizando o seu próprio exército para tomarem o poder de Roma. Todavia, não era apenas o vulgo que considerava o cristianismo uma ameaça para estabilidade do império. Também representantes das classes intelectuais compartilhavam desse pensamento, como pode ser observado em um fragmento da *Doutrina verdadeira*, de Celso. O texto é uma tentativa do filósofo romano em convencer os cristãos a demonstrarem lealdade irrestrita ao imperador:

Porque se tu tratas de destruir este dogma, com razão o imperador se vingará de ti. E, com efeito, se todos fizerem como tu, nada impedirá que ele se encontre só e abandonado, e a terra cairá nas mãos dos bárbaros, então, nem da tua religião nem da verdadeira sabedoria, ficará notícia entre os homens. Portanto, o único meio de salvação é ajudar com todas as forças o imperador, colaborar com ele pela justiça, lutar por ele e fazer parte de seus exércitos.<sup>37</sup>

Uma acusação dessa natureza, certamente não passava despercebida pelas autoridades romanas e os acusadores tinham conhecimento disso. Quando se olha brevemente a história de Roma, constata-se que em nenhum outro grande império os golpes de estado, as brigas pelo poder, as rebeliões e os levantes populares foram tão frequentes. De fato, o próprio surgimento do império romano ocorrera nessas condições. Otávio Augusto, componente do segundo triunvirato, aproveitando a sua condição privilegiada e, tentando ampliar os seus poderes, declarou guerra contra Marco Antônio e, depois de sair vitorioso, foi aclamado supremo imperador de Roma. A menção desse exemplo serve para mostrar que uma acusação dessa natureza, embora fosse falsa, sempre deixava as autoridades

---

<sup>36</sup> CAIRNS, 1995, p. 72.

<sup>37</sup> CELSO apud ORÍGENES. **Contra-Celso**. Disponível em: <[www.clerus.org/bibliaclerusonline](http://www.clerus.org/bibliaclerusonline)>. Acesso em: 28 out. de 2007.

em estado de alerta. O medo de uma rebelião era constante. Isso nos ajuda a entender o porquê, na maioria dos casos de martírios de cristãos, as autoridades estavam sempre preocupadas em fazê-los negar sua fé e confessar a sua lealdade irrestrita ao imperador<sup>38</sup>. Sobre este ponto, novamente, o testemunho de Plínio, o jovem, é bastante esclarecedor:

Recebi uma lista anônima com muitos nomes. Os que negaram ser cristãos, considerei-os merecedores de absolvição; de fato, sob minha pressão, devotaram-se aos deuses e reverenciaram com incenso e libações vossa imagem colocada, para este propósito, ao lado das estátuas dos deuses, e, pormenor particular, amaldiçoaram a Cristo, coisa que um genuíno cristão jamais aceita fazer<sup>39</sup>.

Justino reconhece a seriedade da presente acusação. Ele sabia o que significava para alguém, principalmente para um cristão, ser acusado de desordem social. Certamente, o apologista cristão tinha em mente o fatídico e trágico incidente envolvendo o incêndio de Roma. Ele sabia que, por conta de uma calúnia semelhante – de terem colocado fogo em Roma –, muitos cristãos tinham perecido nas chamas. Sendo assim, mesmo sabendo que estas acusações não passavam de falatórios inventados pelo vulgo, Justino via a necessidade de refutá-las adequadamente.

#### 4.2 A defesa de Justino

Como resposta a esse ponto, Justino apresenta dois argumentos. Em primeiro lugar, ele baseia sua defesa na ideia do reino vindouro. Esse é o argumento tecido pelo mártir cristão para desmentir as acusações de que os cristãos planejavam secretamente uma rebelião em massa, onde pretendiam usurpar o trono, uma espécie de golpe de estado. O apologista sabe que estes comentários haviam surgido de uma falsa interpretação acerca do reino pregado pelos cristãos. Sendo assim, é precisamente desse ponto que ele parte em sua argumentação.

---

<sup>38</sup> Segundo o testemunho de Celso, uma vez que o imperador era considerado uma divindade, os cristãos eram obrigados a jurar pelo seu gênio e a queimar incenso em sua homenagem. Esse tipo de culto era um resquício dos antigos cultos domésticos, praticados pelos romanos em seus primórdios. Esse tipo de lealdade era quase sempre recusado pelos cristãos.

<sup>39</sup> PLÍNIO, O JOVEM apud BETTENSON, H., 1983, p. 28.

Justino procura demonstrar que tal pretensão era totalmente incompatível com os ensinamentos de Cristo e com a esperança cristã de um reino vindouro e a serenidade dos cristãos diante da morte. O reino do qual falam os cristãos, diz o mártir, não é deste mundo:

E até vós, apenas haveis ouvido que nós esperamos um reino. Suponhais sem mais averiguação que se trata de reino humano, quando nós falamos do reino de Deus, como fica claro pelo fato de, ao sermos por vós interrogados, confessamos ser cristãos, sabendo que determinada confissão nos leva à pena de morte. Porque, se esperássemos um reino humano, negaríamos para evitar a morte, e trataríamos de viver ocultos, a fim de alcançar o que esperamos.<sup>40</sup>

Justino demonstra ainda que os cristãos não são rebeldes, mas estão sujeitos à autoridade do imperador. Este fato, que pode ser constatado no pagamento dos tributos, é um princípio ensinado pelo próprio Cristo (Mt 22.17). Já que os cristãos se sujeitam às determinações imperiais, seria ilógico pensar que eles estavam planejando secretamente um golpe de estado. A consideração para com a autoridade imperial fica mais clara no fragmento a seguir: “Daí que somente a Deus adoramos. Contudo, em tudo mais, os servimos a vós com gosto, confessando que sois imperadores e governantes dos homens e rogando que, junto com o poder imperial se ache também em vós prudência e racionalidade”<sup>41</sup>. Com isso, Justino comprova que os cristãos estão interessados no bem-estar do imperador. Mesmo que eles se negassem a adorá-lo, isso não significava que os discípulos de Cristo não o honravam. Mas como os cristãos honraram ao imperador, uma vez que se recusavam a lhe prestar culto? O pensador cristão não responde claramente esse questionamento em sua *Apologia*, mais é possível inferir de sua argumentação que a adoração significava, na verdade, uma desonra ao imperador. Teófilo de Antioquia, dotado de maior argúcia lógica e literária, anos mais tarde, colocaria de forma clara essa ideia sugerida por Justino. É o que pode ser observado no fragmento a seguir:

Por isso, eu honraria melhor ao imperador, embora não o adorasse, mas orasse por ele. Adorar, eu adoro somente ao Deus real e verdadeiramente Deus, pois sei que o imperador foi criado por ele. Então me perguntarás: “Por que não adoras o imperador?” Porque não foi constituído para ser

---

<sup>40</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 191.

<sup>41</sup> JUSTINO, O MARTIR, 1954, p. 200.

adorado, mas para que se lhe tribute a legítima honra. Com efeito, ele não é Deus, mas homem estabelecido por Deus, não para ser adorado, mas para julgar com justiça. De certo modo, Deus lhe confiou uma administração e assim como ele próprio não quer que se chame de imperadores os que ele estabeleceu sob o seu poder, pois o nome “imperador” é particular seu, e a ninguém é permitido chamar-se dessa forma, da mesma forma a ninguém é lícito adorar senão a Deus.<sup>42</sup>

Seguindo a ideia fecundada por Justino, Tertuliano acrescentaria no capítulo XXXIII de sua *Apologia* que adorar o imperador significava expô-lo ao ridículo, uma vez que ele era homem. Em suma, os cristãos são cidadãos de um reino vindouro, conduzidos pelas leis celestes, mas isso não implica necessariamente em desobediência às autoridades terrenas. Sabendo que essas autoridades são estabelecidas por Deus, é dever devotar a elas respeito e obediência. Logo, era inconcebível a ideia de que eles planejavam secretamente uma rebelião. Como súditos obedientes e exemplares, eles não deveriam ser vistos como uma ameaça para o império.

Um segundo argumento empregado por Justino era baseado na ideia do pacifismo, elemento central da ética cristã. Essa é a resposta do apologista cristão à acusação de que os cristãos promoviam desordens sociais, ameaçando assim a paz da comunidade. Ele demonstra que, seguindo o exemplo de seu mestre, os cristãos, em uma atitude pacifista, são defensores da ordem social. É o que fica claro no trecho seguinte:

Nós somos vossos melhores auxiliares e aliados para a manutenção da paz, pois professamos doutrinas como a de que não é possível ocultar a Deus o que faz um malfeitor, um avaro, um conspirador, como tão pouco um homem virtuoso, e cada um caminha segundo o mérito de suas ações, ao castigo ou à salvação eterna.<sup>43</sup>

O argumento justiniano parece bastante lógico. Em primeiro lugar, se os cristãos professam um Deus que recompensa justamente as ações dos homens, punindo aqueles que praticam o mal e os cristãos demonstram temor a esta Divindade, é sensato pensar que procurariam evitar ao máximo a prática das más obras. Em segundo lugar, se os homens costumam evitar as más ações, por medo do castigo do imperador, cujo conhecimento é limitado, como os cristãos não

<sup>42</sup> TEÓFILO DE ANTIOQUIA, 1954, p. 3.

<sup>43</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 191.

temeriam a Deus, uma vez que Ele conhece todas as ações dos homens, até mesmo os seus pensamentos mais íntimos? Os cristãos procurariam evitar as más ações, até mesmo pensar nelas, porque sabem que o Deus que eles seguem conhece todos os seus atos e intentos. Por conseguinte, era falsa também a acusação de que eles praticavam secretamente atos indecorosos e subversivos.

## **5 A CRISE DO IMPÉRIO ROMANO**

### **5.1 Natureza da acusação**

A compreensão exata dessa acusação requer uma breve explicação do contexto que a envolve. A partir do segundo século, o grande império romano começou a enfrentar crises sucessivas, o que preludiava a sua ruína definitiva. A estabilidade vista nos dias de César Augusto e na administração de alguns imperadores posteriores, era coisa do passado. A partir desse período, com alguns pequenos intervalos, a instabilidade política, social e econômica foi o que prevaleceu. O grande contingente populacional, as secas constantes e as pilhagens de povos inimigos faziam com que os alimentos ficassem cada vez mais escassos. Além disso, as investidas dos povos bárbaros já começavam a ameaçar a segurança do grande império romano. Em meio ao caos social de Roma, momento que coincidia com a franca expansão do cristianismo, a culpa acabou recaindo sobre os cristãos. Aos cristãos foi atribuída toda a responsabilidade pelos males que estavam ocorrendo no império. Muitos viam esse estado caótico como um castigo dos deuses porque muitos romanos tinham abraçado o cristianismo e renunciado à antiga religião. De fato, houve até quem afirmasse que a erupção do vulcão Vesúvio em 77<sup>44</sup> era uma punição do deus Vulcano<sup>45</sup>, pelo fato de estar sendo preterido em

---

<sup>44</sup> A erupção de 77 é considerada uma das mais violentas e devastadoras erupções desse vulcão. Ela foi sentida em boa parte da Europa e milhares de pessoas morreram. As cidades de Pompéia e Herculano foram praticamente arrasadas. Em correspondência pessoal ao imperador Trajano, Plínio, o Jovem narra o poder destruidor desse fenômeno.

<sup>45</sup> Na mitologia romana, Vulcano era considerado o deus do fogo. Sendo assim, era ele quem comandava as atividades vulcânicas e determinava quando um vulcão deveria entrar em erupção. Por conta disso, não foi difícil relacionar a atividade devastadora do vulcão Vesúvio com uma punição dessa divindade, por estar sendo desprezada, em virtude do avanço do cristianismo. Todavia, não faltaram cristãos que atribuissem essa tragédia ao julgamento divino sobre os romanos.

seu culto. As secas frequentes e a conseqüente fome foram interpretadas como uma punição de Ceres, deusa da agricultura, pelo fato de também estar sendo desprezada em sua adoração. Sendo assim, na mentalidade do vulgo, as divindades romanas não estariam satisfeitas com o avanço do cristianismo.

Diante do cenário descrito acima, a única solução era óbvia: o cristianismo precisava ser extirpado do império e o antigo culto precisava ser restabelecido. Essa era a única forma de reconquistar o favor das divindades e recuperar a estabilidade imperial. Sem dúvida, esta era uma acusação que circulava, entre o vulgo, todavia, é certo que as autoridades romanas tinham conhecimento dela. Por conta disso, Justino julga conveniente refutá-la em sua *Apologia*.

## 5.2 Refutação

A refutação justiniana a esse ataque é fundamentada na providência divina por meio dos cristãos. Na ótica do apologista, o que ocorre é exatamente o contrário da acusação divulgada. Se este mundo ainda permanece, inclusive o império romano, é exatamente por conta da presença dos cristãos nele. Para ser mais preciso, em um conhecido trecho de sua *Apologia*, Justino afirma que: “Se Deus não leva a cabo a confusão e destruição do universo, é exatamente por causa da semente dos cristãos, que Ele sabe ser a causa da conservação da natureza”<sup>46</sup>. Com este argumento, o pensador cristão defende a ideia de que o mundo, até certo ponto, deve sua existência e preservação aos cristãos. Neste sentido, os discípulos de Cristo são uma bênção para todas as pessoas e não os responsáveis pelas catástrofes e mazelas sociais ocorridas em Roma, como era divulgado pelo vulgo. Para empregar uma ideia já apresentada pelo autor da *Epístola a Diogneto*, os cristãos eram a alma do mundo. Aquilo que de mais precioso existia nele.

Justino conclui o argumento da providência em tom bastante evangelístico. O mundo atual está sendo preservado pela presença dos cristãos, mas haverá um dia em que ele será destruído. Este ponto em especial não deve ter causado estranheza por parte das autoridades romanas, bastante familiarizadas com a doutrina estoica. Os filósofos do pórtico consideravam como um de seus principais dogmas a doutrina da conflagração. Se bem que o apologista cristão faz questão de esclarecer que a sua doutrina da consumação divergia da concepção

<sup>46</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 267.

estoica, uma vez que não defendia a transformação das coisas em outras e defendia a condenação dos homens com base em suas obras e não por necessidade do destino, ao modo estoico<sup>47</sup>.

O argumento da providência empregado por Justino seria utilizado por muitos outros apologistas. Apolinário, por exemplo, em uma obra perdida, relata um episódio em que as tropas do imperador Marco Aurélio haviam sido salvas da derrota por conta da intercessão dos cristãos<sup>48</sup>. Em sua *Apologia*, Tertuliano recorrerá a esse mesmo episódio acrescentando que, em virtude das petições dos cristãos, Deus enviara chuva para saciar a sede do exército romano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o levantamento das principais acusações ao cristianismo respondidas por Justino em sua *Apologia*, pode-se perceber com bastante clareza a importância do legado de Justino para a história do pensamento cristão, principalmente, para o ramo da apologética. Se não tivesse recebido o epíteto “o mártir”, este pensador cristão poderia ser chamado sem nenhum exagero de Justino, “o apologista”. Não há dúvida que ele foi um dos mais fervorosos representantes deste gênero durante o período patrístico. O seu pensamento não é apenas uma série de reivindicações de um cristão do segundo século em favor de seus irmãos perseguidos, mas um documento inestimável que representa toda uma era da história da igreja, uma joia rara do pensamento cristão. A sua *Apologia* é um dos maiores tesouros do chamado pensamento patrístico.

Sem dúvida, há muito que ser louvado na *Apologia* justiniana. O seu fervor cristão e disposição para sofrer até mesmo a morte em nome de Cristo. Além da sua coragem e ousadia em um contexto marcado por um cristianismo de alto risco. Ele se dirige ao imperador Antonino Pio não com meias palavras, mas falando a verdade de forma audaciosa e confrontadora. Afirma que o próprio imperador precisa abandonar as suas crenças vãs e aceitar a Cristo, caso contrário, receberá o castigo eterno como punição de seus atos. Entretanto, nada em Justino merece mais destaque que a sua defesa ardorosa da fé cristã, o seu pensamento apologético. Em todo o momento de sua argumentação, ele exalta

---

<sup>47</sup> JUSTINO, O MÁRTIR, 1954, p. 267.

<sup>48</sup> EUSÉBIO DE CESARÉIA, 1999, p. 171.

aquele que ele denomina “a verdadeira filosofia”: o cristianismo. A convicção do apologista cristão é, sem dúvida, um desafio para o crente moderno, um grito de despertamento para aqueles que estão mergulhados em seu sono espiritual.

Não obstante, é preciso reconhecer há dificuldades significativas no pensamento justiniano. Algumas imprecisões históricas, é verdade, são de caráter menos relevante, o mesmo não pode ser dito de suas concepções teológicas equivocadas, como é o caso da doutrina da transubstanciação e de sua influência excessiva da filosofia platônica. A sua interpretação exageradamente alegórica, embora fosse um recurso amplamente utilizado nesse período, é o outro problema seriíssimo encontrado em seu pensamento. Em suma, uma análise sincera do pensamento do Mártir, por um lado, não pode rebaixá-lo ao ponto de manchar o seu legado para a história do pensamento cristão, por outro lado, não pode exaltá-lo ao ponto de omitir os seus erros e deficiências. Sabendo, sobretudo, que os seus acertos foram infinitamente superiores aos seus erros. Frutos de uma mente peregrina em busca da verdade.

## REFERÊNCIAS

- ARISTIDES. Apologia: Según los fragmientos griegos. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 116-142.
- ATENÁGORAS. Legación en favor de los cristianos. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 647-708.
- BETTENSON, H. **Documentos da igreja cristã**. 2. ed. Rio de Janeiro: JUERP/ ASTE, 1983.
- BETTENSON, H. **The early christian fathers**. London: Oxford University Press, 1956.
- BÍBLIA. Português. **A Bíblia sagrada**: Antigo e Novo Testamentos. Versão revista e atualizada de João Ferreira de Almeida. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.
- CAIRNS, Earle E. **O cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. 2. ed. São Paulo: Vida nova, 1995.
- EPÍSTOLA A DIOGNETO. Disponível em: <www.presbiteros.com.br>. Acesso em: 20 set. 2007.
- EUSÉBIO DE CESARÉIA. **História eclesiástica**: os primeiros quatro séculos da igreja. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- GRANT, Michael. **History of Rome**. New York: Scribners college department, 1979.
- GRIMBERG, Carl. **História universal**: a decadência de Roma. Volume 9. Santiago: Sociedade Comercial e Editorial Santiago LTDA, 1989.
- GONZALEZ, Justo. **Uma história ilustrada do cristianismo**: vol. 1: A era dos mártires. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- HAMMAN, A. **Os padres da igreja**. 3. ed. São Paulo: Edições paulinas, 1980.
- JUSTINO, O MÁRTIR. Apologia. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954, p. 182-278.

MARCO AURÉLIO. **Meditações**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ORÍGENES. **Contra-Celso**. Disponível em: <[www.clerus.org/bibliaclerusonline](http://www.clerus.org/bibliaclerusonline)>. Acesso em: 28 out. 2007.

PLATÃO. Apologia de Sócrates. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 2004.

\_\_\_\_\_. Críton. In: **Os pensadores**. São Paulo: Nova cultural, 2004.

TACIANO. Discurso contra los griegos. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954. p. 572-628.

TEÓFILO DE ANTIOQUIA. Tres libros a Autólico. In: BUENO, Daniel Ruiz. **Padres apologistas griegos**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1954.

TERTULIANO. **Apologia**. Disponível em: <[www.agnusdei.cjb.net](http://www.agnusdei.cjb.net)>. Acesso em 25 out. 2007.

WILLIAMS, David J. **Novo comentário bíblico contemporâneo**: Atos. São Paulo: Vida, 1996.